

Saúde por decreto

JORNAL DO BRASIL

Nelson Senise 17 JUL 1985

SEMPRE devemos estar preparados para o pior, mas tendo a certeza de que esse pior não é irreversível e há vários meios viáveis de torná-lo reversível.

Precisamos sair da mediocridade e entrar no clima de autenticidade, de liberdade, de heroísmo, para vencer o autoritarismo, caso contrário sucumbiremos.

Nós, do Estado do Rio, estamos sendo governados por um homem tipo **democrata-imperialista** — que julga pregar a democracia com métodos antidemocráticos.

Privamos com o governador durante quatro horas — convocados que fomos para discutir e encontrar uma solução para a greve dos médicos que se estende por mais de 60 dias. Desde logo sentimos estar diante de uma figura carismática, orientando o debate (?) como quem está habituado a dirigir um exército. Fala claro e direto, com gestos amplos, com uma linguagem simples mas persuasiva. É impossível o diálogo. Traz no bolso (estava elegantemente vestido) a decisão predeterminada — autoritária e arbitrária: não aceita conversar com os interlocutores da greve (julga-os incompetentes) e decide “intervir” nos hospitais.

É a sua fala democrática sem alternativas. Foi uma reunião “livre e democrática”. Houve ponderações, divergências e sugestões, num clima ameno, com água gelada e cafezinho, mas a decisão já havia sido tomada — **intervenção**. (Louve-se, nesse episódio, a atitude livre e realmente democrática do Secretário de Saúde, Eduardo Costa. A reunião foi festiva e até mesmo agradável, presidida por um homem do século XVII, contraditório, mas capaz de impor a sua vontade contra tudo e contra todos. Fomos convidados para um debate que não houve. Mas não foi um tempo perdido. Conhecemos, por transparência, como são decididas as soluções para os problemas que enfrentamos no nosso dia-a-dia. Ali, diante de meus olhos, estava um ditador “democrático”, amável, sorridente, dotado de uma inteligência especulativa que ignora a presença de quem quer que seja. Saímos, todos, “deslumbrados” — **intervenção** era a palavra de ordem.

Foi assim decretada a intervenção nos hospitais “sob estado de calamidade pública”. Legal ou ilegal, não importa. A **ordem** foi restabelecida e os grevistas, ignorados — interessava o funcionamento dos hospitais. Com os doentes sendo atendidos de qualquer maneira por um homem de jaleco branco — médico, enfermeiro ou mecâ-

nico, recepcionados por secretárias solícitas, amáveis, sorridentes. Os médicos que não aceitarem a decisão serão afastados sumariamente. A triagem foi abolida. Todos os pacientes serão recebidos, sem distinção de classe, cor ou estado psicológico. Tudo como manda o figurino. A greve está terminada. A toque de caixa todos os problemas foram resolvidos — falta de higiene, inexistência de medicamentos básicos e material cirúrgico essencial, deficiência de pessoal, instalações inadequadas, alimentação de péssimo padrão. Não mais importam os resultados obtidos na recuperação dos pacientes. Todos terão “assistência” nos hospitais (ou quartéis?) da rede municipal e estadual. Todos satisfeitos.

Há anos vimos denunciando e apelando para as nossas autoridades sobre crimes e omissões contra a população. Denunciamos “médicos”, curandeiros, aborteiros. Sabem o que aconteceu? Nada aconteceu, ou melhor, continuam acontecendo os mesmos crimes, e fomos processados por delito de opinião. O CRM RJ nos absolveu, infelizmente para nós.

Acontece que sou um médico militante, que vive em plantão permanente na missão (nobre) de servir, sem causar o menor prejuízo, à produtividade. Sinto na carne a campanha de descrédito latente contra a classe médica. Não é difícil localizar as causas dessa campanha que culminou com a morte de Tancredo Neves. A campanha incendiou-se e a classe médica ficou deteriorada. Mas nós, médicos, que não vivemos do genocídio, não aceitamos a posição em que nos colocaram. É a antítese da profissão de fé que nos orientará até a morte.

As sucessivas greves dos médicos, que impopularizaram a classe, evidenciam um problema que reclama e exige solução de urgência para o governo, para os médicos e principalmente para a população, que é a maior vítima do impasse. Não aceitamos o radicalismo da greve dos médicos, que atinge exclusivamente os doentes. Mas temos que reconhecer — e todos sabem — que o médico vem sendo espoliado em seus direitos e por isso mesmo, como último recurso, apelou para uma greve branca. Sem ferir os princípios básicos da ética médica — limpa, honesta, assimilada pela sociedade. O Governo do Estado, “modelo democrático”, preferiu ignorar o diálogo. Extinguiu a greve por decreto. E os doentes? Ora, os doentes serão cuidados também por decreto. Resta rezar e aguardar. Deus está sempre ao lado do povo.

Nelson Senise é médico no Rio de Janeiro